

O desabafo sincopado da cidade: a Estação Primeira de Mangueira como uma instituição política

Luiz Antonio Simas¹

Resumo: O artigo busca entender a Estação Primeira de Mangueira como uma escola de samba com forte presença na construção de afetos e sociabilidades na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo de sua história, a escola de samba contribui fortemente para que a população do Morro da Mangueira consiga participar ativamente da vida da cidade, através do canto, da dança, das fantasias, alegorias e enredos.

Palavras-chave: Mangueira, samba, escola de samba, política, cidade

Abstract: The article seeks to understand the Estação Primeira de Mangueira as a samba school with a strong presence in the construction of affections and sociability in the city of Rio de Janeiro.

Throughout its history, the samba school has contributed strongly to the population of Morro da Mangueira to actively participate in the life of the city, through singing, dancing, fantasies, allegories and plots.

Keywords: Mangueira, samba, samba school, politics, city

¹ Luiz Antonio Simas é mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com pesquisas dedicadas ao universo das culturas populares, é autor de 18 livros e de mais de uma centena de artigos publicados em revistas e jornais. Ganhou o Prêmio Jabuti de Livro de Não Ficção do ano de 2016, pelo Dicionário da História Social do Samba, escrito em parceria com Nei Lopes. É jurado do Estandarte de Ouro, prêmio concedido pelo jornal O Globo aos destaques do carnaval carioca.

Em 2019 e 2020, a Estação Primeira de Mangueira apresentou enredos tratados pela mídia como politicamente engajados. Em 2019, o carnavalesco Leandro Vieira, ao recontar fatos e exaltar personagens da História do Brasil, propunha uma leitura a contrapelo, citando Walter Benjamin, do nosso processo civilizatório. Em 2020, ao retratar um Jesus da gente, dialogou com o cristianismo progressista para denunciar o proselitismo religioso dos que seriam os profetas da intolerância.

Os dois enredos são sugestivos para que possamos imaginar o papel político da escola de samba, sem dúvidas. Neste artigo, todavia, pretendo sugerir que a Mangueira, e as escolas de samba de forma geral, são instituições políticas em uma acepção mais ampla, inscrevendo suas trajetórias na construção da cidadania das comunidades afro-cariocas. A história da Mangueira, portanto, é indissociável da história do Rio de Janeiro e da formação de seus morros e subúrbios.

Cidades são produtoras constantes de cultura; práticas e elaborações simbólicas definidoras e dinamizadoras de modos de vida. Nesta perspectiva, cultura não é coisa naturalmente boa ou ruim. Cultura é a maneira como um grupo cria ou reelabora formas de vida e estabelece significados complexos sobre a realidade que o cerca: os modos de falar, vestir, comer, rezar, punir, matar, nascer, enterrar os mortos, chorar, festejar, envelhecer, dançar, não dançar, fazer música, silenciar, gritar.

Além de feitas de memórias, as cidades também se caracterizam pelos seus lugares de esquecimento, territórios do efêmero. Os lugares de memória são, ao contrário, territórios de permanência; espaços inventados em suas geografias de ritos. Como pensar essas questões a partir da história da Estação Primeira de Mangueira?

O juiz de direito Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato, o Visconde de Niterói, foi um político conservador do Império brasileiro, que chegou a ocupar os cargos de Ministro da Justiça, deputado geral e senador. É certo que o homem de posicionamentos reacionários jamais poderia imaginar que seu nome fosse acabar se confundindo com a história do samba carioca.

Por serviços prestados ao país, o Visconde recebeu de presente do Imperador D. Pedro II, em meados do século XIX, terras nas proximidades da Quinta da Boa Vista. Como ali perto, nas cercanias da Quinta, fora instalado o primeiro telégrafo aéreo do Brasil, a elevação passou a ser conhecida como Morro dos Telégrafos. Algum tempo depois a região já era conhecida como Morro da Mangueira, em virtude dos inúmeros pés de manga plantados nas terras do Visconde. Na área foi instalada também uma fábrica de chapéus.

A ocupação do Morro da Mangueira começa a ocorrer no final do século XIX. No início da década de 1920, com a chegada de muitos moradores expulsos do Morro do Castelo, que acabara de ser arrasado no Centro do

Rio, o processo se acelera bastante, com uma população dedicada a serviços domésticos, trabalhos braçais na cidade e na Estrada de Ferro da Central do Brasil.

Fundada no final da década de 1920, a Estação Primeira de Mangueira é filha da união de sambistas do Bloco dos Arengueiros e de carnavalescos do Rancho Príncipe da Floresta. Por ser a parada da Mangueira a primeira estação da linha do trem, tendo como referência a gare D. Pedro II, a agremiação acabou incorporando o Estação Primeira ao seu nome.

Mas quais são as histórias que a História não conta, para citarmos o samba da Mangueira de 2019, que certamente descortina novos olhares sobre o morro e a escola de samba, inclusive em uma dimensão política da experiência de viver a cidade? Como situar a Mangueira e a escola de samba a partir da cultura afro-carioca que está na base desse processo?

A experiência da escravidão africana nas Américas é, a rigor, uma experiência de dispersão, fragmentação, quebra de laços associativos e morte, simbólica e literal. Toda diáspora dispersa. Ela também é, ao mesmo tempo, uma experiência de reconstrução constante de práticas de coesão, invenção de identidades, dinamização de sociabilidades e vida. A chibata que bate no lombo e a baqueta que bate no couro do tambor são as duas faces dessa moeda. Se toda diáspora dispersa, toda cultura de diáspora é gregária.

As culturas africanas, aparentemente destroçadas pela fragmentação trazida pela experiência do cativeiro, se redefiniram a partir da criação, no Brasil, e mais especificamente no Rio de Janeiro, de instituições associativas (zungus, terreiros de santo, agremiações carnavalescas, etc.) de invenção, construção, manutenção e dinamização de identidades comunitárias. Escolas de samba se inscrevem nessa perspectiva.

A problematização destes aspectos exige que retomemos questões sobre o processo de abolição da escravatura no Brasil e da transição entre a Monarquia e a República.

Os primeiros governos republicanos criminalizaram as diversas manifestações da cultura popular no Rio de Janeiro – quase todas marcadamente vinculadas às áfricas que existem nas ruas cariocas. Jogar capoeira passou a ser crime pelo Código Penal de 1890 (Dias: 2001), os terreiros de macumba foram sistematicamente reprimidos e a posse de um pandeiro era suficiente para a polícia enquadrar o sambista na lei de repressão à vadiagem, conforme aconteceu com João da Baiana. Os intelectuais, exceções confirmam a regra, falavam e escreviam sobre a urgência de se promover um branqueamento da população brasileira como estratégia civilizatória.

Quando a escravidão terminou, houve uma deliberada política de atrair imigrantes europeus para o Brasil. Não há registro de iniciativa pública

que tenha pensado na integração do negro à cidadania e ao mercado formal de trabalho. O modelo de abolição sem inclusão da escravatura no Brasil foi resumido no enredo da Mangureira de 1988, “100 anos de liberdade, realidade ou ilusão”, com um samba consagrado de Jurandir, Hélio Turco e Alvinho.

Uma das primeiras leis de apoio à imigração no período falava que o Brasil permitiria a entrada, sem restrições, de imigrantes europeus, enquanto africanos e asiáticos só poderiam entrar com autorização do Congresso Nacional, em cotas pré-estabelecidas. Mais do que encontrar mão de obra, a imigração no Brasil foi estimulada como meio de branquear a população e instituir hábitos europeus entre os nossos (Sevcenko: 2003).

É neste contexto ancorado no racismo que começa a ser tecida uma cultura da fresta como meio de reinvenção da vida e construção de noção de pertencimento ao grupo e ao espaço urbano. É também aí que se acelera a ocupação mais sistemática dos morros do Rio de Janeiro, com a formação das favelas a partir da ocupação do Morro da Providência, estimulada, na década de 1890, pela derrubada do cortiço Cabeça de Porco e pela volta de soldados que lutaram na Guerra de Canudos.

O ato de civilizar era visto como uma tentativa de impor à cidade padrões urbanos e comportamentais similares às capitais europeias. Foi essa a perspectiva da reforma urbana de 1904, projetada por Pereira Passos – o prefeito admirava o Barão Haussmann, responsável pela reforma urbana da capital francesa nos tempos de Napoleão III e também se declarava admirador das influências europeias na arquitetura e de Buenos Aires, capital da vizinha Argentina.

A reorganização do espaço urbano teve o objetivo de consolidar a inserção do Brasil no modelo capitalista internacional, facilitar a circulação de mercadorias, então dificultadas pelas características coloniais da região central, com ruas estreitas que inibiam a ligação com a Zona Portuária, e construir espaços simbólicos que afirmassem os valores de uma elite cosmopolita.

A população pobre era, ao mesmo tempo, repelida e necessária. A ela restavam as opções de morar nos subúrbios ou nos morros centrais. A vantagem da ocupação dos morros era a maior proximidade dos locais de trabalho: não tão perto que possam macular a cidade restaurada e higienizada, não tão longe que obriguem as elites a realizar os serviços domésticos que, poucas décadas antes, eram tarefas das mucamas.

Nesta cidade marcada pela tentativa dos detentores do poder de extirpar as referências à herança africana, as diversas manifestações culturais das populações negras teciam novos laços de sociabilidade, reforçavam convívios comunitários e eram sistematicamente perseguidas: a roda de samba, as festas religiosas, as maltas de capoeira, os blocos carnavalescos e batuques diversos.

A década de 1920 no Rio de Janeiro foi marcada por um dilema que envolveu as camadas populares urbanas – especialmente as comunidades afrodescendentes – e o Estado republicano. Os negros buscavam pavimentar caminhos de aceitação social, enquanto o Estado procurava disciplinar as manifestações culturais das camadas populares; forma considerada eficiente para controlá-las. Da interação entre o interesse regulador do Estado e o desejo de aceitação social das camadas populares urbanas surgirão as primeiras escolas de samba (Fabato e Simas: 2015).

Sobre a Mangueira, Cartola, um de seus fundadores, afirmava que a escola de samba tinha sido criada no dia 28 de abril de 1928. As cores escolhidas por ele, verde e rosa, foram inspiradas nas cores do rancho Arrepiados, agremiação do bairro de Laranjeiras que tinha como um de seus membros o pai do sambista, Sebastião de Oliveira. O jornalista Sérgio Cabral encontrou, entre os pertences do radialista Almirante, um papel timbrado que afirmava ter a Mangueira sido criada em 28 de abril de 1929; um ano depois, portanto, da data apontada por Cartola (Cabral: 1976).

No final da década de 1920, o alufá (sacerdote de um culto que misturava o islamismo à devoção aos orixás iorubanos) José Espinguela organizou as duas primeiras disputas entre sambistas das escolas que surgiam. Não foi ainda um desfile em cortejo: o concurso de Espinguela visava julgar apenas os sambas que os compositores das escolas faziam. A Mangueira cantou no primeiro concurso dois sambas: Pudesse Meu Ideal, de Cartola e Carlos Cachça, e Sorri, de Gradim.

Poucos poderiam supor que naquele início de década de 1930 estava sendo gestado o evento que acabaria se consagrando como o maior conjunto de manifestações artísticas simultâneas do planeta: o desfile das escolas de samba cariocas.

De lá pra cá, é irresistível fazer uma indagação: o que seria da Mangueira sem a escola de samba? Certa feita, Cartola foi indagado sobre de onde vinha. Em se tratando da parte africana da família, era impossível dizer. Teriam sido os antepassados de Cartola moçambiques, umbundos, nagôs, axantis, fons? Falavam quicongo, quimbundo, iorubá? O fato é que Cartola recebeu a indagação e respondeu de imediato; venho da Estação Primeira de Mangueira. Nesta simples resposta percebemos que Mangueira ocupava para ele, e para tantos, o espalho de fundamento da identidade, do pertencimento, da rede de proteção social e da construção de sociabilidades.

De certa forma, a cidadania negada pelo poder instituído era exercida na escola de samba. Se por cidadania podemos entender algo que ultrapasse barreiras institucionais, e se inscreva nas formas de vivenciar e interagir com a cidade, ampliando a dimensão política do que é ser um cidadão, podemos afirmar que a Mangueira, para o morro, tem exatamente

essa função política e existencial: garantir a experiência de interferir no território e na comunidade.

Escola que cantou a abolição, questionou os limites da Lei Áurea, saudou o século do samba, exaltou Villa-Lobos, clamou por um Brasil que se chama Dandara, falou dos mistérios do Maranhão, homenageou Caymmi, Braguinha, Tom, Chico e Bethânia, falou da fé e da formação do povo brasileiro; Mangueira foi e vai muito além disso: não é escola que existe porque desfila; é daquelas agremiações que desfilam porque existem. Não desfila imbuída da cultura do evento, já que seus desfiles são eventos da cultura.

Tudo isso é política em sua concepção mais ampla. Aristóteles dizia que quanto mais uma coisa é comum a um maior número, menos cuidado recebe do poder público. A antipolítica, para o grego, se manifesta quando cada um preocupa-se sobretudo com o que é seu, se despreocupando do bem comum. A política, por sua vez, tem como objetivo principal fortalecer os laços entre os membros da cidade. É exatamente isso que a Estação Primeira de Mangueira faz, há décadas, na sua comunidade e na cidade do Rio de Janeiro.

O samba, o desabafo sincopado da cidade, é afinal o mais consistente dinamizador de práticas – mais que de resistências – de reexistências nas terras da Guanabara.

Referências

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO Hiram; JÓRIO, Amauri. *Natal: o homem de um braço só*. Rio de Janeiro: Guavira editores, 1975.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1976.

DIAS, Luís Sérgio. *Quem tem medo da capoeira?* Rio de Janeiro: Memória Carioca / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FABATO, Fábio; SIMAS, Luiz Antonio. *Pra tudo começar na quinta-feira*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Edufba, 2008.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da História Social do Samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

SIMAS, Luiz Antonio. *O Corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons

